



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10878 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 07 - Alfabetização, Leitura e Escrita

### A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE REVELAM AS PESQUISAS MAIS RECENTES

Fernanda Arndt Mesenburg - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Gilceane Caetano Porto - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Annelise Costa de Jesus - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

### **A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE REVELAM AS PESQUISAS MAIS RECENTES**

Vivemos um período de profundas mudanças em termos de políticas públicas para a educação, em especial no campo da alfabetização. Em 2019, através do Decreto Nº 9.765, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a qual encontra-se com seu processo de implementação ainda em curso, sendo materializada através de diferentes estratégias, que vão desde a oferta de cursos de formação para professores até a liberação de verbas mediante adesão da política pelos estados e municípios.

Trata-se de uma política imposta sem nenhuma discussão com a sociedade, com viés ideológico que dialoga com o projeto ultraconservador neoliberal de sociedade vigente (MORTATTI, 2020). Portanto, compreendê-la é de fundamental importância para buscar formas de resistência e enfrentamento.

Diante deste cenário, este estudo dedica-se a mapear as principais pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre a PNA e seus desdobramentos, tendo por objetivo a construção de um estudo bibliográfico. Para tanto, utilizamos como recorte as pesquisas apresentadas em dois importantes eventos realizados no ano de 2021: a 40ª Reunião Nacional da ANPED e o V Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF). Ao todo foram selecionados 18 textos para análise.

Para o levantamento dos textos oriundos da 40ª ANPED, pesquisamos em todos os Grupos de Trabalho (GTs). Os dois únicos trabalhos encontrados faziam parte do GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita. Quanto aos textos do CONBALF,

investigamos os anais do evento, o qual dividia-se em eixos temáticos. Dos trabalhos selecionados, quinze estavam inseridos no Eixo temático 1 - Alfabetização e Políticas Públicas, e apenas um pertencia ao Eixo temático 7- Alfabetização e Formação Inicial e Continuada de Professores.

Esses estudos forneceram subsídios para construir o panorama com as principais pesquisas que versam sobre a PNA e seus desdobramentos. Analisamos nos textos os aspectos referentes aos focos de investigação, a metodologia, ao referencial teórico utilizado e os principais resultados encontrados, conforme organizado abaixo.

<b>Focos de investigação</b>	<b>Quantitativo de trabalhos</b>
Concepção de alfabetização	6
Concepção e cursos de formação docente	5
Recepção e implementação da PNA	4
Apagamento da produção científica Nacional	2
Levantamento bibliográfico sobre a PNA	1

Quantos aos focos de investigação, cabe evidenciar que, em decorrência de estarem todos vinculados com à PNA, eles acabam sendo abordados concomitantemente em vários trabalhos. Para a construção da tabela acima tomamos por base a problemática central de cada investigação.

<b>Metodologias</b>	<b>Quantitativo de trabalhos</b>
Análise documental do texto da PNA e materiais derivados	7
Análise documental dos materiais produzidos para os cursos de formação oriundos da PNA	5
Estudo documental seguindo a perspectiva teórica dos Estudos Culturais.	1
Estudos ancorados na Pesquisa nacional Alfabetização em Rede (questionários e rodas de conversa)	3
Levantamento bibliográfico	2

Dois dos trabalhos analisados acima pautaram-se, centralmente, na realização de levantamento bibliográfico. No entanto, todos os demais estudos apresentaram em sua composição a pesquisa bibliográfica. Em relação às perspectivas teóricas de análise, os trabalhos circularam entre duas concepções centrais: análise de conteúdo e análise do discurso. Um texto utilizou como base a perspectiva teórica dos Estudos Culturais.

<b>Referencial teórico</b>	<b>Eixos de análise</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• António Nóvoa</li> <li>• Bernadete Gatti</li> <li>• Maurice Tardif</li> </ul>	Formação de professores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artur Gomes de Morais</li> <li>• Emília Ferreiro</li> <li>• Magda Soares</li> </ul>	Aspectos teóricos da alfabetização

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Claudia Gontijo</li> <li>• Isabel Frade</li> <li>• Maria do Rosário Mortatti</li> </ul>	Políticas para a alfabetização, métodos e perspectivas teóricas do campo
<b>Principais resultados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política do retrocesso;</li> <li>• Política impositiva e fechada;</li> <li>• Crítica a imposição do método fônico;</li> <li>• Preocupação com o apagamento da produção científica nacional;</li> <li>• Política vista como fonte de materialização do modelo de sociedade neoliberal vigente.</li> </ul>	

Ao analisarmos os focos de investigação dos estudos selecionados, evidenciamos que uma preocupação recorrente entre os pesquisadores refere-se à maneira como a PNA foi instituída, sendo considerada, de forma unânime, como antidemocrática e impositiva. Um dos trabalhos analisados sintetiza bem a concepção hegemônica das pesquisas:

A construção da PNA está articulada à concepção conservadora e antidemocrática daqueles que fizeram ou fazem parte do Ministério da Educação (...) defensores da escolarização domiciliar, das escolas cívico-militares e críticos ferozes de Paulo Freire e Magda Soares. Ela delinea-se na busca por evidências científicas para alfabetização, traz a literacia como uma prática mais “neutra”, do que o letramento, desconsidera a diversidade econômica, social e cultural do Brasil e entre outros impasses desqualifica o papel do professor nas escolas. (BARROS, 2021, p. 5)

A ausência de discussão com a sociedade é outro aspecto revelado nos estudos, onde os autores apontam que “não se fez ouvir a sociedade civil, os educadores e alfabetizadores brasileiros, tampouco os pesquisadores e universidades de tradição científica no país”. (SANTOS; SANTOS; SANTOS; 2021, p.3). Silva e Signorelli (2021, p.7) corroboram o exposto afirmando que não podemos desconsiderar o viés ideológico da PNA, uma vez que ela “se baseia em apenas um método de alfabetização e cita que os(as) professores(as) são sujeitos que executarão a proposta, o que desrespeita seus saberes e sua prática cotidiana diversa e plural construída nas salas de aulas de todo o país”. Ou seja, para além de sua vinculação com a perspectiva ideológica vigente na sociedade, ela ainda limita a atuação docente a mera execução, desconsiderando a importância da reflexão e protagonismo docente e discente.

A perspectiva sobre a formação de professores defendida na política também é fonte de grande preocupação entre os pesquisadores. Cursos como Tempo de Aprender e Alfabetização Baseada na Ciência (ABC) são formas de materialização da política. Tais cursos objetivam atingir diretamente a prática das docentes como forma de adentrar nas salas de aula, uma vez que sugerem atividades prontas e apresentam práticas vinculadas ao método fônico. Para Nogueira e Lapuente (2021, p.4):

[...] o “Tempo de Aprender” apresenta uma visão reducionista e unilateral de formação de professores, organizada como uma instrução programada em passos a serem seguidos pelos alfabetizadores. A concepção de alfabetização é baseada em métodos sintéticos, que em sua supremacia

associacionista promove o apagamento das pesquisas brasileiras produzidas no campo da alfabetização.

Este apagamento das referências nacionais e das pesquisas realizadas nos últimos 40 anos, bem como a retirada do conceito de letramento, fica evidente também enquanto preocupação dos pesquisadores e professores. De acordo com Ferreira (2021, p.7), “a atual proposta para a alfabetização brasileira representa um projeto de nação específico, coerente com o grupo que está no poder, para o qual importa proceder no apagamento da história e no apagamento do caráter social e crítico da alfabetização.”

Tudo isso resulta em uma política que desconsidera as condições culturais e socioeconômicas brasileiras e sinaliza para uma alfabetização mecânica, sem vinculação com os aspectos sociais presentes no aprendizado da leitura e da escrita. Ferreira e Gontijo (2021, p.6), analisando o texto da política, sinalizam que a presença de termos como aptidão e habilidade “reforça a noção de aproximação das ideias neoliberais que visam à eficiência”. Para Santos, Santos, Santos (2021, p.8), trata-se de “uma política de direita que desconsidera os estudos sobre letramento, e por extensão, furta a alfabetização com base na justiça social.”

A política, que aponta unicamente para o método fônico, traz argumentos da neurociência para justificar sua eficácia, contrariando a perspectiva do letramento, até então defendida em políticas e programas de formação docente anteriores como o PNAIC. Para Silva (2021, p.5):

... o discurso autoritário e antidemocrático, que impõe uma abordagem teórica exclusiva, no caso da Psicologia cognitiva da leitura e da Neurociência, objetiva promover a negação, a exclusão e por que não dizer o apagamento da história e da memória das evidências científicas das pesquisas desenvolvidas desde os anos de 1980 (...).

Além destes aspectos, alguns estudos que analisamos dedicaram-se a compreender a recepção da política e de seus desdobramentos por parte das redes e das professoras. Para tanto, utilizaram dados da Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede. Tal pesquisa é fruto de um coletivo de 28 universidades e seus pesquisadores, que buscam compreender a recepção da PNA e também seus desdobramentos em tempos de ensino remoto.

A pesquisa teve como primeira ação o envio de um questionário para professores de todo o Brasil, através do qual foram obtidas cerca de 15 mil respostas. No questionário, foram contempladas questões que investigaram aspectos como a formação, experiência docente, entendimento sobre a PNA e seus desdobramentos e informações vinculadas ao ensino remoto. A segunda etapa, que ainda está em desenvolvimento, prevê a realização de rodas de conversa com as docentes participantes da primeira fase.

Com base nesta pesquisa, três trabalhos foram apresentados. Santos, Santos e

Santos (2021), cuja pesquisa consistiu em compreender como se deu a recepção da PNA pelas professoras alfabetizadoras do 1º ano do Ensino Fundamental no estado de Alagoas, apontam sua preocupação para o fato de que as docentes investigadas em seu estudo sinalizaram concordância em relação à perspectiva teórica e metodológica proposta na formação Tempo de Aprender. Ou seja, sinalizaram para uma adesão positiva da política. De acordo com seus resultados (*op cit*, p. 7-8):

Embora com proposta divergente dos cursos anteriores dos quais participaram, os professores avaliaram de maneira positiva, visto que 62 (96,9%) apontaram que a proposta do curso Tempo de Aprender atende às necessidades formativas e contribui no trabalho docente em alfabetização.

No entanto, outros pesquisadores encontraram diferentes resultados em seus estudos. Porto *et al.* (2021), cuja pesquisa centrou-se em compreender a percepção das professoras sobre a implementação da política e sobre alterações no fazer pedagógico e nas práticas de alfabetização, trazem a informação de que os sujeitos de sua pesquisa, em geral, manifestaram-se contrários e resistentes à PNA. Para eles (*op cit*, p.7):

[...] a PNA, com seu caráter impositivo e homogeneizador, que reduz a autonomia docente e, por consequência, limita o pensamento dos estudantes, está sendo enfrentada com resistência por parte das professoras da rede investigada. A perspectiva de alfabetização e letramento desenvolvida pelo PNAIC está bastante presente nas práticas referenciadas pelas professoras.

Na referida pesquisa, o PNAIC é retomado pelas professoras como uma política de formação que “deu certo”. Tal perspectiva fica evidente na fala de uma das entrevistadas: *“Eu vi que até hoje eu sinto a falta do PNAIC, porque ali tu descobrias outras formas de trabalhar, tanto a linguagem quanto a matemática. Para mim o PNAIC foi o melhor”* (*op cit*, 2021, p. 5).

A pesquisa realizada por Mesenburg *et al* (2021, p. 5) dedicou-se a compreender a implementação da PNA em tempos de ensino remoto. Em seus achados, os pesquisadores também evidenciaram a resistência docente frente às prescrições da política. Tal resistência se traduziu na fala de uma das docentes, que afirmou: *“quando eu fecho a porta da minha sala de aula, sou eu ali. Então, nós sempre vamos encontrar formas de realizar nosso trabalho como a gente acredita.”*

Para além dos focos de investigação das pesquisas analisadas, também nos dedicamos a compreender os aspectos referentes às metodologias e ao referencial teórico utilizados. Em termos metodológicos, observa-se a prevalência de pesquisas desenvolvidas através de análise documental, realizadas a partir do texto da política. Tais estudos objetivam compreender as concepções implícitas e explícitas no documento, de forma a revelar a perspectiva de alfabetização apresentada pelo governo. Da mesma forma, sinalizaram aspectos importantes que revelaram a ideologia subjacente prevista em suas prescrições. Destes estudos, alguns utilizaram a perspectiva teórica de Análise de conteúdo para categorizar e

compreender os dados obtidos. Outros, utilizaram-se da Análise do Discurso. Apenas um texto utilizou a perspectiva teórica dos Estudos Culturais.

Para além destes estudos que se dedicaram a analisar o texto da PNA, cinco pesquisas também realizaram análise dos documentos derivados da política, tais como os materiais disponíveis no site do Ministério da Educação Cultura - MEC, os cadernos dos cursos de formação docente como Tempo de Aprender e Alfabetização Baseada na Ciência, além de vídeos, cartilhas, orientações e *softwares* utilizados nas formações docentes. Com esta investigação puderam identificar o percurso formativo preconizado pelos formuladores da PNA, o qual caminha no sentido da limitação cada vez maior da autonomia e reflexão docente.

Outros três trabalhos baseados na Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede, forneceram dados importantes para os pesquisadores, uma vez que abrange todas as regiões do país. Estes estudos utilizaram, além dos dados obtidos com um *survey* de abrangência nacional, informações obtidas em rodas de conversa realizadas junto às docentes das redes ou regiões pesquisadas. Tratam-se de pesquisas que sistematizaram dados quantitativos e qualitativos sobre seus objetos de investigação.

Ainda em termos metodológicos, embora todos os textos apresentem pesquisa bibliográfica como parte da metodologia, duas pesquisas realizaram essencialmente levantamento bibliográfico. Uma delas com vistas a discutir o que tem sido anunciado pelos autores do campo da alfabetização sobre a PNA (EPIFÂNIO, 2021) e a outra que buscou refletir sobre as implicações ocasionadas pela PNA para o currículo da Educação Infantil (JESUS; SOUZA, 2021).

No que diz respeito ao referencial teórico adotado, observou-se que os estudos se orientam com base em um conjunto importante e recorrente de pesquisadores e estudiosos da área. Magda Soares e Artur Morais são nomes citados em todos os trabalhos analisados no que diz respeito aos aspectos teóricos da alfabetização.

António Nóvoa, Bernardete Gatti e Maurice Tardif são autores trazidos para a discussão nos trabalhos com foco de análise vinculados à formação docente. Quando se trata da análise de políticas em si, de seus textos e contextos de produção, autores como Steven Ball e Jefferson Mainardes são referenciados.

Maria do Rosário Mortatti, Cláudia Maria Mendes Gontijo e Isabel Cristina Alves da Silva Frade são autoras citadas quando as temáticas versam sobre as políticas para a alfabetização, bem como sobre métodos e perspectivas teóricas do campo. Tratam-se de pesquisadoras vinculadas com a formação docente no ensino superior e referências nas pesquisas mais recentes.

\*Este levantamento bibliográfico nos permitiu compreender o caminho que vem sendo percorrido pelos pesquisadores vinculados às políticas educacionais e com o campo da alfabetização, possibilitando identificar as lacunas e potencialidades das pesquisas. Ficou evidente que a PNA é entendida como uma política do retrocesso. Esta constatação relaciona-se ao fato de a política pautar-se em encaminhamentos que andam na contramão de toda a produção nacional do campo da alfabetização, restringindo o processo de ler e escrever a ações mecânicas e desvinculadas do contexto social.

O encaminhamento para o método fônico como o único para a alfabetização, o apagamento do conceito de letramento e os cursos de formação docente altamente prescritivos, resumem a PNA, compreendida como uma política que vem sendo implementada como forma de materialização do modelo de sociedade neoliberal vigente. No entanto, ao mesmo tempo em que nos deparamos com dados tão preocupantes, também nos nutrimos de esperança ao evidenciarmos que a resistência e discordância com as proposições da PNA é unânime entre os pesquisadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Nacional de Alfabetização. Alfabetização. Política Pública.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Carine de Campo Moraes. **A compreensão de alfabetização nos programas de formação continuada para alfabetizadores e a Política Nacional de Alfabetização: concepções e rupturas.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1072/718](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1072/718). Acesso em: 13. Mai. 2022.

EPIFÂNIO, Verônica Santana. **Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização (2019): perspectivas teóricas.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1462/1079](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1462/1079). Acesso em: 13. Mai. 2022.

FERREIRA, Ana Carolina de Oliveira; GONTIJO, Claudia Maria Mendes. **Programa conta pra mim: inserção da alfabetização no contexto domiciliar.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1105/739](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1105/739) Acesso em: 13. Mai. 2022.

FERREIRA, Rebeca Szczawlinska Muceniecks. **Política Nacional de Alfabetização: reflexões sobre conflitos e apagamentos.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1282/833](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1282/833). Acesso em: 13. Mai. 2022.

JESUS, Jorge Antônio de Lima de; SOUSA, Celita Maria Paes de. **A Política Nacional de Alfabetização aprovada em 2019 e o currículo da educação infantil: descontinuidades e dissensos.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1482/1082](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1482/1082). Acesso em: 13. Mai. 2022.

MESENBURG, Fernanda Arndt.; Porto, Gilceane Caetano.; HIRDES, João Carlos Roedel. **A implantação da PNA em tempos de educação remota** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Pará. **Anais.** Pará: UFPA, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_25\\_11](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_11). Acesso em: 11 mai, 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita.** Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NOGUEIRA, Gabriela.; LAPUENTE, Janaina Soares Martins. **Tempo de aprender: o reducionismo da alfabetização.** In: 40ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Pará. **Anais.** Pará: UFPA, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_31\\_24](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_31_24). Acesso em: 11 mai, 2022.

PORTO, Gilceane Caetano et al. **A Política Nacional de Alfabetização em uma rede municipal: retrocesso e resistência docente.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1437/939](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1437/939). Acesso em: 13. Mai. 2022.

SANTOS, Jânio Nunes dos; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; SANTOS, Nádson dos. **Recepção da política nacional de alfabetização no cenário alagoano.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1125/748](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1125/748). Acesso em: 13. Mai. 2022.

SILVA, Claudionor Alves da. **A Política Nacional de Alfabetização: uma falácia discursiva.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1514/996](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1514/996). Acesso em: 13. Mai. 2022.

SILVA, Fernanda Duarte Araújo; SIGNORELLI, Glaucia. **Política Nacional De Alfabetização (PNA): diálogos sobre a formação docente.** In: V CONBALF, 5º, Anais, Florianópolis. 2021. Disponível em: [http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/ppr/paper/viewFile/1075/720](http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1075/720). Acesso em: 13. Mai. 2022.